

ELEIÇÕES 2018

AGU e Exército frustraram retirada de urnas

Reunião de ministra Grace Mendonça e assessores do comandante da Força, general Villas Bôas, levou a ação contra juiz que planejava determinar o recolhimento dos aparelhos eletrônicos em GO para perícia de militares

VINÍCIUS SASSINE
vinicius.sassine@globo.com.br
BRASÍLIA

Uma reunião entre dois integrantes do gabinete do comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, o consultor jurídico da Força e a advogada-geral da União, Grace Mendonça, impediu a iniciativa de um juiz federal de Formosa, em Goiás, de recolher urnas eletrônicas na véspera do primeiro turno das eleições, que ocorrem no próximo domingo.

Documentos revelam que o chefe de gabinete do comandante do Exército, o chefe da assessoria de apoio para assuntos jurídicos dele, o consultor jurídico da Força e a chefe da Advocacia-Geral da União (AGU) se reuniram no último dia 25, terça-feira, para conter a ofensiva do magistrado Eduardo Luiz Rocha Cubas, do Juizado Especial Federal Cível da cidade, que fica no entorno do Distrito Federal.

Naquele mesmo dia, o magistrado havia procurado o Quartel-General do Exército, em Brasília, para explicar o plano de determinar a apreensão de urnas na véspera da eleição, com a finalidade de fazer uma auditoria nos equipamentos eletrônicos. Duas semanas antes, ele já havia apresentado a militares o rascunho da decisão, antes de ser assinada.

A reunião entre auxiliares diretos do comandante do Exército e a titular da AGU selou o destino do juiz Cubas e serviu para abortar o plano que tumultuaria as eleições. Dois dias após a reunião, Grace apresentou uma reclamação disciplinar contra o ma-

gistrado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na sexta, o CNJ decidiu afastar o magistrado de suas funções. O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, afastou Cubas do cargo até o próximo dia 9, quando será realizada a próxima sessão do CNJ, por causa de um vídeo gravado pelo juiz ao lado do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), um dos filhos do presidente Jair Bolsonaro (PSL), em que os dois questionam a segurança das urnas eletrônicas. Eduardo é candidato à reeleição.

A iniciativa do juiz de Formosa se deu a partir de uma ação popular protocolada na vara onde ele atua. O autor da ação é o advogado Renato Lira Miller Silva. Ele é, desde 26 de abril, assessor do deputado Major Olímpio (PSL-SP). O parlamentar disputa uma vaga no Senado e é um dos principais aliados de Bolsonaro.

JUÍZ REVELOU PLANO

O comando do Exército tomou conhecimento da iniciativa do juiz entre 11 e 13 de setembro, durante um simpósio de integração jurídica no Quartel-General. Cubas entregou o rascunho da decisão que iria tomar a um coronel da Assessoria de Apoio para Assuntos Jurídicos de Villas Bôas. No dia 14, Cubas assinaria decisão com conteúdo quase idêntico.

A ação popular chegou a pedir que "seja declarado inválido o atual sistema de votação". O juiz argumentou que o processo em curso na vara poderia evidenciar "problemas de ordem ope-

racionais" nas urnas eletrônicas, como os levantados na ação proposta "que resume angústias de redes sociais". Cubas afirmou ser necessário fazer um "teste de surpresa" nas urnas. Para isso, determinou o recolhimento de urnas em Formo-

sa (GO), Buritis (MG) e Planaltina (DF). Integrantes do Exército fariam o teste "devendo os números da simulação de voto serem digitados nas urnas por militar de patente de oficial".

No dia 6 de setembro, antes de o juiz oficializar a deci-

são, a Procuradoria da República em Luziânia — também no entorno de Brasília — deu parecer favorável à apreensão e análise de urnas eletrônicas. A procuradora Nádia Simas Souza defendeu que o Exército fosse obrigado a respeito. Os exames

periciais, segundo ela, seriam necessários para a "comprovação da alegada vulnerabilidade do software atualmente empregado nas urnas eletrônicas". Os aparelhos já são empregados no Brasil há 22 anos, sem qualquer indício de fraude comprovado.



Ação rápida. A ministra da AGU, Grace Mendonça, teve reunião com militares